

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 06/2025

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. DEFINIÇÃO DO OBJETO (art. 18º, §1º, INCISO “I”).....	5
3. PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL (art. 18º, §1º, INCISO “II”)	6
4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18º, §1º, INCISO “III”)	6
5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES (art. 18º, §1º, INCISO “III”)	8
6. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR (art. 18º, §1º, INCISO “V”)	9
7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18º, §1º, INCISO “VI”)	10
8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18º, §1º, INCISO “VII”)	11
9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (art. 18º, §1º, INCISO “VIII”).....	11
10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18º, §1º, INCISO “IX”).....	12
11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO (art. 18º, §1º, INCISO “X”).....	13
12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (art. 18º, §1º, INCISO “XI”).....	14
13. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18º, §1º, INCISO “XII”).....	14
14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18º, §1º, INCISO “XIII”).....	15

1. INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem como finalidade apresentar os elementos técnicos, justificativas e requisitos necessários para a contratação de empresa especializada para a execução da obra de construção de uma Unidade de Estratégia de Saúde da Família (ESF) no Bairro Sagrada Família, no município de Rondonópolis – MT. Este documento constitui etapa inicial e essencial da fase de planejamento, subsidiando a definição adequada do objeto a ser contratado e a tomada de decisões de forma transparente, eficiente e alinhada ao interesse público.

A implantação da nova unidade de saúde visa ampliar e qualificar a oferta de atendimento à população local, contribuindo para a descentralização dos serviços de saúde, melhoria do acesso da comunidade aos atendimentos básicos e fortalecimento da atenção primária. Trata-se de uma intervenção de relevante interesse social, voltada à promoção da saúde, prevenção de doenças e melhoria da qualidade de vida dos moradores do Bairro Sagrada Família e áreas adjacentes.

O projeto será desenvolvido em conformidade com as normas técnicas vigentes, observando os princípios de acessibilidade universal, segurança dos usuários, funcionalidade dos ambientes e sustentabilidade. A execução do ESF permitirá melhores condições de trabalho às equipes de saúde, maior eficiência no atendimento à população e adequação da infraestrutura pública às demandas identificadas por meio de estudos técnicos e necessidades da comunidade.

I. OBJETO DO ESTUDO E ESPECIFICAÇÕES GERAIS

O presente Estudo Técnico Preliminar tem como objeto a análise da viabilidade para a construção de um ESF no Município de Rondonópolis – MT, a nova unidade de saúde tem por finalidade ampliar a capacidade de atendimento à população, ofertando consultas para população do Bairro Sagrada Família e áreas adjacentes.

A solução proposta contempla a construção de uma nova unidade de ESF, com criação de ambientes adequados às atividades assistenciais e administrativas, incluindo sala de esterilização, sala de expurgo, banheiros masculino, feminino e para pessoas com deficiência (PCD), copa, Depósito de Material de Limpeza (DML), sala de curativos, consultório odontológico, consultório médico, consultório de enfermagem, sala de triagem, sala de inalação e recepção, garantindo o atendimento integral às necessidades da atenção primária em saúde.

A obra envolverá a execução completa de nova infraestrutura, incluindo instalações hidráulicas e elétricas, esquadrias, sanitários, divisórias, revestimentos, pintura geral e demais sistemas construtivos necessários, bem como a adoção de soluções que assegurem acessibilidade universal, segurança dos usuários e conforto ambiental, em

conformidade com as normas técnicas vigentes.

A construção da nova Unidade de Estratégia de Saúde da Família no Bairro Sagrada Família tem como objetivo ampliar e qualificar o atendimento à população, proporcionando melhores condições de acesso aos serviços de saúde, adequação dos espaços às equipes multiprofissionais e fortalecimento da rede de atenção básica, contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade de vida da comunidade atendida.

II. LOCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL

A obra será executada no Município de Rondonópolis-MT, na Avenida Alameda dos Cravos, no Lote 221, no Bairro Sagrada Família. O terreno destinado à construção do ESF Sagrada Família possui uma área total de 4.907,03 m².

A área está situada na coordenada geográfica 16°29'02"S 54°36'15"W, em região de fácil acesso e integrada à malha urbana local.



Figura 1 – Localização da construção do ESF.

Fonte: Google Maps, 2025.

III. NATUREZA E FINALIDADE DO OBJETO CONTRATUAL

O presente Estudo Técnico Preliminar trata da contratação de obra pública para a construção de um novo ESF no município de Rondonópolis - MT. A edificação visa a ampliação da rede municipal de atenção especializada à saúde.

Nos termos do Art. 6º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021, caracteriza-se como obra toda atividade que implica intervenção no meio ambiente, mediante um conjunto harmônico de ações que resultam na inovação do espaço físico da natureza ou na alteração substancial das características originais de bem imóvel.

Adicionalmente, embora a execução da obra envolva a necessidade de profissionais habilitados com Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), bem como o atendimento a requisitos técnicos específicos de engenharia sanitária, elétrica, hidráulica, climatização e acessibilidade, tais elementos são inerentes à execução de obras de engenharia, não descaracterizando sua natureza principal.

Portanto, a natureza do objeto é classificada como obra de engenharia, com a finalidade de dotar o município de uma estrutura moderna, eficiente, integral e humanizada para a prestação dos serviços públicos de saúde.

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO (art. 18º, §1º, INCISO “I”)

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (Inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 9º, inciso I da IN 58/2022).

A presente contratação tem como objeto a construção de um ESF no Município de Rondonópolis – MT, com a finalidade de ampliar a rede de atendimento, promovendo uma resposta mais eficiente às necessidades de saúde da população no município.

Dessa forma, a contratação da nova unidade se mostra necessária e estratégica, assegurando maior resolutividade, melhoria do fluxo de pacientes e qualificação do cuidado prestado, fortalecendo o sistema municipal de saúde em consonância com os princípios do SUS.

3. PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL (art. 18º, §1º, INCISO “II”)

Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 9º, inciso IX da IN 58/2022).

O Plano de Contratações Anual (PCA) é uma ferramenta essencial de gestão que visa orientar e organizar as aquisições e contratações do setor público, promovendo o alinhamento entre o planejamento orçamentário e as demandas administrativas. Esse instrumento permite maior previsibilidade, controle e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

No entanto, a presente contratação — que tem como objetivo a construção de ESF em Rondonópolis — **ainda não foi inserida no PCA vigente**. Trata-se, contudo, de uma demanda prioritária, que surgiu a partir da constatação da necessidade de atendimento na região do bairro Sagrada Família.

Diante disso, após a conclusão deste Estudo Técnico Preliminar (ETP) e mediante a definição do valor estimado da contratação, o projeto será devidamente incluído no Plano de Contratações Anual, respeitando os trâmites legais e os princípios do planejamento público. A inclusão posterior permitirá o adequado registro orçamentário e a publicação nos meios oficiais.

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18º, §1º, INCISO “III”)

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (Inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 9º, inciso II da IN 58/2022).

A empresa contratada deverá possuir comprovada **capacitação técnica e experiência na execução de obras civis**, conforme os serviços previstos nos **projetos, memoriais descritivos e planilhas de serviços** a serem apresentados.

A contratação será realizada na modalidade **empreitada por preço unitário**, conforme o **inciso XXVIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021**, tendo em vista que os projetos e as planilhas orçamentárias serão devidamente elaborados, com **quantitativos definidos**, permitindo a **fixação de um preço fechado para a execução integral da obra**.

4.1. Requisitos Técnicos da Contratação

- Os serviços a serem executados, e os materiais a serem aplicados e/ou substituídos, deverão abraçar as determinações dos projetos, dos memoriais descritivos e das especificações técnicas;
- A metodologia executiva a ser adotada, deverá estar em conformidade com as normas técnicas vigentes;
- A definição do orçamento e do prazo de execução da obra, estão delineados na planilha orçamentária e no cronograma físico-financeiro, visualizados no projeto;

4.2. Requisitos de Sustentabilidade

A empresa contratada deverá utilizar na execução da obra as boas práticas de sustentabilidade ambiental, respeitando-se, dentre outros, os critérios ambientais indicados abaixo:

- Uso produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações da ANVISA;
- Implementação de um programa de treinamento de seus empregados visando o uso racional de consumo de energia elétrica e água, bem como redução de resíduos sólidos;
- Sempre que possível, fazer uso de energia renovável;
- Classificação e destinação adequada dos resíduos recicláveis produzidos durante a execução dos serviços. Especificamente para papéis e latas de alumínio deve-se contatar as Associações e/ou Cooperativas locais de catadores de materiais recicláveis.
- Adoção e promoção de medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, além de fornecimento de equipamentos de proteção individuais – EPIs necessários, tais como óculos, luvas, aventais, máscaras, calçados apropriados, protetores auriculares etc., fiscalizando e zelando para que os mesmos cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de sua integridade física;
- Atendimento aos padrões indicados pela Resolução CONAMA nº 20/1994 quando da aquisição e utilização de equipamentos de limpeza que gerem ruídos em seu funcionamento;

- Consideração nas pesquisas de preços para aquisições e serviços contemplados no escopo da contratação, empresas que tenham certificação ambiental.

4.3. Requisitos Normativos que Disciplinam os Serviços a Serem Contratados

- [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- [Decreto Municipal nº 11.685/2023](#) – Regulamenta a Lei nº 14.133/2021, no âmbito da Administração Pública Direta do Município de Rondonópolis-MT, suas autarquias e fundações;
- Normas da ABNT, Especificações de Serviço e Normas do DNIT, e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços aplicáveis na execução da obra, inclusive no que tange a qualidade dos materiais.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES (art. 18º, §1º, INCISO “III”)

Fundamentação: estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala. (Inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

A estimativa de valor da contratação será consolidada por meio de planilha orçamentária detalhada, a ser elaborada com base nos projetos e memoriais técnicos do empreendimento. A planilha contemplará os custos diretos e indiretos, bem como a aplicação do BDI (Bonificação e Despesas Indiretas), de acordo com a complexidade da obra e as exigências legais.

As quantidades dos serviços correlacionados ao objeto a ser licitado foram obtidas a partir da análise técnica dos referidos projetos, incluindo planta arquitetônica, estrutural, elétrica, hidráulica, prevenção e combate a incêndio, entre outros, assegurando maior precisão na elaboração do orçamento e no planejamento da execução.

A edificação contará com os seguintes ambientes e estruturas principais:

ITEM	AMBIENTES PREVISTOS
1	SALA DE ESTERILIZAÇÃO
2	SALA DE EXPURGO

3	BANHEIRO MASCULINO
4	BANHEIRO FEMININO
5	BANHEIROS PCD
6	BANHEIRO FUNCIONÁRIO
7	COPA
8	DML
9	SALA DE COLETA
10	CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO
11	CONSULTÓRIO MÉDICO
12	CONSULTÓRIO DE ENFERMAGEM
13	SALA DE TRIAGEM
14	SALA DE INALAÇÃO
15	RECEPÇÃO
16	FÁRMACIA
17	AUDITÓRIO
18	SALA DE PROCEDIMENTO
19	SALA DE MEDICAÇÃO
20	SALA DE VACINA
21	SALA DE ADMINISTRAÇÃO

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR (art. 18º, §1º, INCISO “V”)

Fundamentação: levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar; (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e Seção VI do Decreto Municipal 11.685/2023).

Considerando o objetivo da presente contratação, que é a construção de um ESF com padrão técnico adequado às normativas de saúde pública, acessibilidade e segurança, foi realizado um levantamento pautado na **necessidade real da população por melhorias na rede de saúde especializada** em zonas rurais no município de Rondonópolis – MT.

A escolha pela **construção** se mostra tecnicamente viável e alinhada às diretrizes do Ministério da Saúde e aos padrões de atendimento regional, oferecendo maior capacidade de resposta às necessidades da população.

Levando-se em conta as características do objeto a ser contratado, apresenta-se como alternativas possíveis para o regime de execução:

1) **Empreitada por Preço Global** (contratação da execução do serviço por preço certo e total, quando for possível definir previamente no projeto básico, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual);

2) **Empreitada por Preço Unitário** (contratação da execução do serviço por preço certo de unidades determinadas, nos casos em que os objetos, por sua natureza, possuam imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários).

Nesse contexto, a solução a ser contratada é a execução da obra por empresa especializada, com base em projetos previamente definidos, em regime de **empreitada por preço unitário**, conforme o **inciso XXVIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021**. Essa alternativa garante maior controle sobre os custos e prazos, além de atender ao interesse público com economicidade, eficiência e segurança jurídica.

A modalidade da licitação será Concorrência, conforme disposto no art. 28, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sendo indicada para a contratação de obras e serviços especiais de engenharia.

A adoção da Concorrência está fundamentada de forma clara e objetiva na legislação vigente, por se tratar de uma modalidade ampla, isonômica e compatível com contratações de maior vulto, permitindo a participação de qualquer interessado que atenda às exigências do edital, promovendo assim a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, com observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18º, §1º, INCISO “VI”)

Fundamentação: estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação; (inciso VI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e Seção VI do Decreto Municipal 11.685/2023).

O valor estimado da contratação é de **R\$ 3.138.589,91**, contemplando todos os insumos, serviços e encargos necessários à execução integral da obra do ESF Sagrada Família, incluindo encargos sociais, aquisição de equipamentos, fornecimento de materiais, mão de obra, despesas indiretas e tributos.

Para a composição orçamentária, foram utilizadas referências oficiais como SINAPI, ORSE e SICRO e valores de mercado devidamente justificados, conforme preceitua a legislação vigente e os princípios da economicidade e eficiência.

A planilha orçamentária, contendo a estimativa de custos detalhada, será parte integrante do processo licitatório e publicada oportunamente, garantindo a devida transparência do certame, conforme determina a Lei nº 14.133/2021.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18º, §1º, INCISO “VII”)

Fundamentação: descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso; (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e Seção VI do Decreto Municipal 11.685/2023).

A solução proposta contempla a construção de um ESF no Bairro Sagrada Família em Rondonópolis – MT, estrutura voltada à oferta de serviços de atendimentos a saúde no bairro e áreas adjacentes. O projeto visa ampliar a capacidade de atendimento da rede pública de saúde, garantindo maior resolutividade e desafogando unidades de pronto atendimento.

A edificação será implantada com base nos projetos arquitetônico e complementares, obedecendo aos parâmetros técnicos de acessibilidade, vigilância sanitária e eficiência operacional. Serão considerados ambientes assistenciais e de apoio, projetados para garantir funcionalidade e conforto aos usuários e profissionais de saúde.

A execução será contratada sob o regime de empreitada por preço unitário possibilitada pela definição precisa dos quantitativos e escopo. A fiscalização ficará a cargo da Secretaria Municipal de Saúde.

A entrega da obra atenderá a uma demanda concreta da população por serviços especializados de saúde, consolidando-se como uma solução efetiva para os desafios atuais do município.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (art. 18º, §1º, INCISO “VIII”)

Fundamentação: justificativas para o parcelamento ou não da contratação; (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e Seção VI do Decreto Municipal 11.685/2023).

Considerando a natureza da contratação — construção de uma edificação pública de saúde com múltiplos ambientes e sistemas interdependentes — **não se recomenda o parcelamento da solução**. Trata-se de um empreendimento único, cujos serviços estão integrados física e funcionalmente, exigindo gestão unificada e execução coordenada para garantir o cumprimento dos prazos, qualidade técnica e otimização dos recursos públicos.

A fragmentação contratual comprometeria o desempenho global da obra, podendo ocasionar incompatibilidades técnicas entre os diferentes executores, além de dificultar o controle, a fiscalização e a responsabilização contratual.

Dessa forma, a execução integral da obra por um único contratado, sob o regime de **empreitada por preço unitário**, mostra-se a alternativa mais eficiente e vantajosa para a Administração Pública, atendendo ao interesse público e ao princípio da economicidade.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18º, §1º, INCISO “IX”)

Fundamentação: demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e Seção VI do Decreto Municipal 11.685/2023).

A execução da obra para implantação do ESF Sagrada Família, tem como principal resultado esperado o fortalecimento da rede municipal de saúde, por meio da ampliação da estrutura física e funcional. O empreendimento visa atender, de forma planejada e estruturada, uma demanda crescente da população por atendimentos básico de saúde, otimizando o uso dos serviços existentes e reduzindo gargalos nas unidades de pronto atendimento.

Dentre os principais resultados a serem alcançados com a contratação, destacam-se:

- Disponibilização de **infraestrutura moderna e tecnicamente adequada** para atendimentos;
- Melhoria da **capacidade de resposta do município** frente à demanda de atendimento na região;
- Contribuição direta para o **descongestionamento da UPA**, com atendimento direcionado a casos eletivos e de média complexidade;
- Estruturação de um serviço com **acessibilidade plena**, observando normas técnicas e requisitos legais de segurança, salubridade e conforto;
- Melhoria nos indicadores de saúde pública, com impacto positivo nas metas pactuadas junto ao Ministério da Saúde;
- Estabelecimento de uma base física e operacional que possa ser expandida ou adaptada conforme as necessidades futuras do município.

A obra em questão está orientada para gerar um ganho real de eficiência no sistema local de saúde, com foco na resolutividade, no atendimento humanizado e na economicidade da gestão pública. Trata-se de um investimento estratégico, planejado com base em dados da realidade local e alinhado com as diretrizes do SUS.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO (art. 18º, §1º, INCISO “X”)

Fundamentação: providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e Seção VI do Decreto Municipal 11.685/2023).

Para assegurar a adequada formalização do contrato e o pleno atendimento ao interesse público, serão adotadas, previamente à celebração contratual, as seguintes providências por parte da Administração Pública Municipal:

Por parte do contratado:

- Observar e cumprir as normas legais, técnicas e administrativas aplicáveis à execução de obras públicas;
- Executar os serviços em conformidade com os projetos, especificações técnicas e condições estabelecidas no Projeto Básico e demais anexos contratuais;
- Manter o padrão de qualidade estabelecido no projeto, utilizando materiais e técnicas compatíveis com a boa prática da engenharia;
- Comunicar formalmente qualquer ocorrência que comprometa a execução dos serviços ao Fiscal do Contrato;
- Prestar esclarecimentos e apresentar documentos sempre que solicitado pela Administração.

Por parte da Administração Pública Municipal:

- Realização da publicação do edital de licitação, conforme os ritos estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021;
- Designar formalmente o(s) fiscal(is) do contrato, conforme os artigos 117 e 118 da Lei nº 14.133/2021, assegurando sua capacitação técnica;
- Providenciar a capacitação dos servidores envolvidos na gestão e fiscalização contratual, visando a melhoria contínua da atuação administrativa;
- Assegurar a disponibilidade orçamentária e financeira para a contratação;
- Verificar o atendimento integral às exigências dos projetos e do planejamento previamente estabelecido, garantindo a segurança jurídica do processo.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (art. 18º, §1º, INCISO “XI”)

Fundamentação: contratações correlatas e/ou interdependentes; (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e Seção VI do Decreto Municipal 11.685/2023).

Em análise geral, verifica-se que a presente contratação possui escopo definido e contempla todas as etapas necessárias para a execução da obra do ESF Sagrada Família, de modo que não há necessidade de contratações correlatadas ou interdependentes dentro do processo licitatório principal.

Entretanto, para que a unidade de saúde esteja plenamente apta a operar e atender à população com qualidade, serão necessárias contratações complementares, de forma paralela ou posterior à obra principal. Tais aquisições, embora não façam parte deste processo licitatório, são fundamentais para a funcionalidade integral da edificação.

Entre as possíveis contratações complementares estão:

- Aquisição de mobiliário e equipamentos médicos e hospitalares;
- Aquisição e instalação de equipamentos de informática e rede de dados.

13. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18º, §1º, INCISO “XII”)

Fundamentação: descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável; (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e Seção VI do Decreto Municipal 11.685/2023).

A execução da obra de construção do ESF Sagrada Família poderá ocasionar impactos ambientais típicos de empreendimentos da construção civil, sobretudo no que se refere à movimentação de terra, geração de resíduos sólidos, emissão de poeira e ruídos, e consumo de recursos naturais como água e energia elétrica.

Entretanto, tais impactos são considerados de baixa complexidade, previsíveis e mitigáveis, desde que sejam adotadas medidas preventivas e corretivas durante a execução da obra, tais como:

- Destinação adequada dos resíduos sólidos conforme normas ambientais vigentes;
- Controle da emissão de partículas e poluentes atmosféricos, principalmente em atividades de terraplanagem e corte de materiais;
- Uso racional de água e energia durante a obra;
- Redução da poluição sonora mediante o uso de equipamentos dentro dos padrões definidos pela legislação ambiental;

- Preservação das áreas verdes do entorno e cuidado com o descarte de efluentes líquidos.

A contratada deverá observar as normas técnicas da ABNT, diretrizes da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981), Resoluções do CONAMA e demais legislações ambientais aplicáveis. A fiscalização ambiental será realizada pela Administração Pública, assegurando a conformidade das ações com os padrões sustentáveis exigidos.

A contratada deverá ter pleno conhecimento e se responsabilizar pelo trabalho seguro das pessoas envolvidas no manuseio de ferramentas, equipamentos e produtos inflamáveis, conforme legislação vigente do Ministério do Trabalho. Deverá, ainda, adotar práticas de segurança do trabalho e meio ambiente que minimizem riscos ocupacionais e impactos negativos ao meio ambiente.

Além disso, a contratada será integralmente responsável por quaisquer ações e/ou omissões relativas ao manejo de resíduos e rejeitos sólidos, líquidos ou derivados, nos locais da obra, sendo obrigada a removê-los e garantir sua destinação ambientalmente correta, conforme a legislação pertinente.

A fiscalização ambiental será realizada pela Administração Pública Municipal, assegurando a conformidade das ações com os padrões sustentáveis exigidos.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18º, §1º, INCISO “XIII”)

Fundamentação: posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.; (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e Seção VI do Decreto Municipal 11.685/2023).

A partir das análises desenvolvidas neste Estudo Técnico Preliminar, verifica-se que a contratação para a execução da obra da Construção ESF Sagrada Família, é plenamente viável, estratégica e justificada diante das necessidades identificadas na rede pública de saúde.

A proposta atende a uma demanda concreta da população por atendimento básico de saúde na região e se apresenta como alternativa eficiente para a reorganização do fluxo de atendimentos atualmente sobrecarregado nas unidades de pronto atendimento.

A definição do escopo, a existência de projeto técnico detalhado e a escolha da **empreitada por preço unitário** como regime de execução asseguram previsibilidade, controle e eficiência à contratação, garantindo o cumprimento dos prazos e a qualidade dos serviços a serem prestados.

O valor estimado da obra, de R\$ **3.138.589,91**, será ajustado conforme a realidade orçamentária do município, assegurando compatibilidade entre o custo e os benefícios esperados.

Diante do exposto, recomenda-se a continuidade do processo administrativo com vistas à formalização da

contratação, por meio de licitação na modalidade **Concorrência**, conforme art. 28, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, garantindo ampla participação, isonomia entre os concorrentes e a seleção da proposta mais vantajosa para o interesse público.

Rondonópolis, 24 de dezembro de 2025.

Débora Betânia de Carvalho Santos
Gerente de Departamento de Engenharia e Arquitetura - Saúde
Portaria nº 38.086/2025